

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.222 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2000



Com a menor tributação sobre os remédios, aprovada ontem pelo Senado, o governo espera uma queda de preços de até 20%

Nova Lei de Informática prevê incentivos até 2009

O Plenário aprovou o projeto da nova Lei de Informática, que reduz o IPI sobre os bens de informática até 2009. Como o texto da Câmara foi alterado, a matéria voltará a ser examinada pelos deputados federais

PÁGINA 3

Aprovada isenção de Cofins e PIS/Pasep para 1.200 remédios

PÁGINA 3

Vai à sanção projeto que define o Plano Nacional de Educação

PÁGINA 4

Empresas podem ser obrigadas a pagar taxas ambientais

PÁGINA 5

Idosos deverão ter prioridade em processos judiciais

PÁGINA 5

Comissão de Orçamento acelera votação de relatórios setoriais



Antonio Carlos promulgou ontem a emenda que concretiza sua proposta de criação do Fundo de Combate à Pobreza

A Comissão Mista de Orçamento conseguiu votar até a noite de ontem metade dos dez relatórios setoriais da proposta orçamentária para 2001, graças a um esforço de aceleração dos trabalhos que permitirá encerrar essa etapa na segunda-feira. Entre os relatórios setoriais já aprovados pela comissão está o relativo a Fazenda e Desenvolvimento, que prevê gastos de R\$ 45,5 bilhões com pagamento de juros líquidos das dívidas da União no próximo ano.

PÁGINA 6

PROMULGADA EMENDA QUE CRIA O FUNDO DE COMBATE À POBREZA

Foi promulgada ontem a emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Com isso, R\$ 4 bilhões deverão ser destinados à redução dos problemas sociais já a partir de 2001.

PÁGINA 7

Congresso decide redução de juros dos fundos constitucionais

PÁGINA 9



William Sozza (sentado) foi acareado com Jorge Méres (de capuz)

Indícios contra empresário são fortes, afirma Tuma

PÁGINA 6



Antonio Carlos Magalhães aponta boa vontade da Comissão de Orçamento

“Cumprimos nossos deveres com a nação”, afirma ACM

Senador considera o ano “muito bom”, diz que parlamentares trabalharam bastante e crê na votação do Orçamento ainda este mês

Uma avaliação positiva das atividades parlamentares no ano de 2000 foi feita ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que também demonstrou confiança na aprovação do Orçamento da União ainda em dezembro:

– O ano foi muito bom. Trabalhamos bastante. Temos um resul-

tado muito positivo. Cumprimos nossos deveres com a nação, e cumprimos ainda mais se votarmos o Orçamento no fim deste mês – afirmou.

Antonio Carlos disse estar convencido das chances de o Orçamento ser votado ainda este ano e elogiou a boa vontade dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento,

especialmente do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Indagado, mais tarde, sobre declarações do presidente da República, negando decisão de convocar o Congresso extraordinariamente em janeiro, o senador esclareceu que não tomará a iniciativa de realizar uma autoconvocação do Legislativo.

Para senador, quebra de sigilo é constitucional

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem estar convencido da constitucionalidade do projeto de lei que permite à Receita Federal acesso ao sigilo bancário de suspeitos de sonegação, sem necessidade de decisão judicial.

– Durante a votação de ontem (dia 13) ficou bem claro que a matéria é constitucional, tanto que a aprovação foi unânime. Não creio que vá acontecer uma argüição de constitucionalidade,

mas, se for, o Supremo vai mostrar que é constitucional – avaliou.

O senador disse que o Supremo é um tribunal independente, mas não deixará de fazer um julgamento acurado de matéria aprovada unanimemente no Senado. Citou também a existência de voto do ex-ministro do tribunal Francisco Rezek:

– O voto mostra que é possível e se deve fazer a quebra de sigilo – concluiu.

Capiberibe pede comissão do Congresso para mediar crise institucional no Amapá

O governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, esteve ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem solicitou a formação de

uma comissão mista do Congresso Nacional para atuar como mediadora no diálogo entre os três Poderes no estado. O governador fez uma análise da crise que dificulta a administração pública no Amapá e manifestou seu entendimento de que uma comissão representativa do Congresso teria condições de dialogar com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário no estado na busca de uma solução para crise institucional que atinge o Amapá.

O governador estava acompa-

nhado dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), e dos deputados Luíza Erundina (PSB-SP) e Evandro Milhomem (PSB-AP). O

senador Ademir Andrade informou, ao final do encontro, que Antonio Carlos Magalhães concordou de imediato com a formação da comissão mista do Congresso Nacional.

Ademir disse que em princípio – e dependendo da disponibilidade dos parlamentares para irem até o Amapá – deverão ser indicados os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), José Fogaça (PMDB-RS) e Paulo Hartung (PPS-ES), em nome do Senado. A direção da Câmara, por seu lado, indicará três deputados.



Capiberibe fez a Antonio Carlos um relato da crise institucional no Amapá

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado
através de antena parabólica
com sinal analógico na frequência
de 4130 MHz via BRASISAT B1

A TV Senado continua disponível
também nos operadores de TV por
assinatura do país (Sky, Net,
Direct TV e Teo Sat).

51

TV SENADO
Voz do Senado da República Nacional



SEXTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **Antonio Carlos Magalhães**
1º Vice-Presidente: **Geraldo Melo**
2º Vice-Presidente: **Ademir Andrade**
1º Secretário: **Ronaldo Cunha Lima**
2º Secretário: **Carlos Patrocínio**
3º Secretário: **Nabor Júnior**
4º Secretário: **Casildo Maldaner**
Suplentes de Secretário: **Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho**
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: **Agaciél da Silva Maia**
Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carreiro Silva**
Diretor da Sec. de Comunicação Social: **Fernando Cesar Mesquita** (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: **Helival Rios** (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: **José do Carmo Andrade** (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: **Flávio de Mattos** (61) 311-3327
Editor-Chefe: **Edson de Almeida**
Editores: **Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa**
Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda**
Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho**
Fotos: **Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo**
Arte: **Cirilo Quartim**

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: **Praça dos Três Poderes**
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova projeto da nova Lei de Informática

Texto acolhido pelo Plenário prevê redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os bens fabricados em todo o país até 2009. Incentivos são maiores para a região Centro-Oeste e para as áreas abrangidas pela Sudene e Sudam

Após quase duas horas de discussão, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que trata dos incentivos e benefícios fiscais para produtos de informática nos próximos nove anos. Os telefones celulares e os monitores de computador, itens mais polêmicos da discussão, foram mantidos



Os senadores decidiram conceder isenção do IPI para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste em 2001

como bens de informática. O projeto volta agora à Câmara dos Deputados, para exame das alterações incluídas pelos senadores no texto aprovado por aquela Casa.

O projeto concede redução escalonada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os bens e serviços de informática. Essa redução é de 95%, no ano que vem, caindo para 90% em 2002; 85% em 2003; 80% em 2004; 75% em 2005; e 60% de 2006 até 2009.

Para os produtos produzidos na região Centro-Oeste e nas áreas de

atuação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), há isenção do IPI em 2001. Nos anos seguintes, essas regiões também terão redução escalonada do imposto: 97% em 2002; 92% em 2003; 87% em 2004; 82% em 2005; e 77% de 2006 a 2009.

O texto aprovado determina que, para fazerem jus aos benefícios, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação deverão investir em ati-

vidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico 5% de seu faturamento bruto anual.

Desses, ao menos 1% deve ser investido por meio de convênios com centros ou institutos de pesquisa de entidades brasileiras de ensino; 0,8% em convênios com entidades semelhantes localizadas na região Centro-Oeste ou nas regiões de influência da Sudam ou Sudene (excetuada a Zona Franca de Manaus); e 0,5% no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Benefícios valem para monitores e celulares

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu a supressão do artigo 8º do projeto, que considera bens de informática e automação os telefones celulares e monitores de computador. Segundo ele, com a manutenção do artigo, a Zona Franca de Manaus perderá todos os investimentos já feitos para a produção desses produtos.

– Ninguém irá chorar por nós. Ninguém irá dizer: “Ai de ti, Amazonas!” – afirmou o parlamentar.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), rebateu as assertivas de Jefferson.

– Graças a Deus Vossa Excelência está equivocado. O telefone celular hoje é um processador de dados, que tem memória, que recebe mensagens da Internet. É, inequivocamente, um bem de informática – disse o líder.

Segundo Arruda, excluir o artigo 8º do projeto equivaleria a “fechar todas as fábricas desses produtos em todos os outros estados do país”. Apesar de Bernardo Cabral (PFL-AM) ter afirmado que irá ao Supremo Tribunal Federal (STF)

contestar a constitucionalidade da medida, os senadores votaram pela manutenção do artigo.

O projeto teve parecer favorável das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Foram destacadas, para votação em plenário, três emendas rejeitadas nos relatórios aprovados pelas comissões. Uma delas, de autoria do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pretendia exatamente retirar celulares e monitores do rol dos bens de informática. A emenda foi rejeitada após parecer contrário dos relatores José Jorge (PFL-PE), na CCJ; Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; e Ney Suassuna (PMDB-PB), na CAE.

José Jorge também opinou favoravelmente pela emenda do senador Gilberto Mestrinho que apenas explicitava, no primeiro artigo do projeto, a obediência ao artigo 11º. Nele está escrito que, a partir do ano que vem, a isenção e redução do IPI não seria aplicada a novos projetos de investimento em produção de bens de infor-

mática nos estados cujas empresas tenham sido responsáveis, entre 1996 e 1999, pela fruição de mais de 50% da renúncia fiscal. Os senadores acompanharam o voto dos outros relatores, contrários à emenda.

Como o Plenário aprovou o substitutivo apresentado na CAE por Suassuna ao projeto original, a matéria foi submetida a turno suplementar na mesma sessão.

Na nova votação, Paulo Souto (PFL-BA) e Heloísa Helena (PT-AL) apresentaram emenda ao substitutivo excluindo os benefícios fiscais aos novos projetos situados em estados cujas empresas, nos dois anos anteriores, tenham sido responsáveis pela fruição de mais de 50% dos benefícios fiscais de informática.

A emenda permite que as empresas já instaladas nesses estados possam usufruir dos benefícios fiscais nas melhorias tecnológicas que queiram implementar, sendo aprovada pelos senadores. Mestrinho apresentou nove emendas ao substitutivo, mas todas foram recusadas.

FHC recebe voto de louvor por indicar mulher para o Supremo

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem voto de louvor ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O motivo foi a indicação da primeira mulher ao Supremo Tribunal Federal (STF), a juíza Ellen Gracie Northfleet.

Ela ocupará a vaga do ministro Octávio Gallotti, recentemente aposentado. O requerimento para a concessão do voto de louvor, apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi relatado favoravelmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Votaram contra os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Heloísa Helena (PT-



Pedro Simon propôs o voto de louvor, pela indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para o STF

AL), Tião Viana (PT-AC) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Remédio de uso contínuo deixa de pagar PIS e Cofins

Também foi aprovado ontem pelo Senado projeto de lei eliminando a cobrança das contribuições da Cofins (de 0,65%) e do PIS/Pasep (de 3%) em cerca de 1.200 medicamentos de uso contínuo, de tarja preta e tarja vermelha. O projeto reduz as despesas sobretudo no tratamento de doenças do coração, da hipertensão, do reumatismo, de câncer e de moléstias crônicas-degenerativas. Os maiores beneficiados serão os idosos e aqueles com menor poder aquisitivo, destacou o relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), em seu parecer.

Segundo ele, o projeto antecipa, no âmbito dos medicamentos, a reforma tributária. Como as contribuições são cobradas em toda a

cadeia produtiva – ou seja, do laboratório fabricante, dos distribuidores e das farmácias –, a redução dos preços ao consumidor poderá chegar, em média, a 11%. Se vier a ocorrer a redução do ICMS, atualmente em estudos, os preços podem baixar até 20%, explicou.

Jonas lembrou que, no período que vai de julho de 1994 a dezembro de 1999, os cem medicamentos mais vendidos aumentaram, em média, 145%, para uma inflação de 95%. Durante o ano 2000, os preços aumentaram quase 20% no primeiro semestre, mas foi possível fechar um acordo entre o Ministério da Saúde e os fabricantes mantendo os preços durante o segundo semestre. “Agora, a indústria já ameaça com um reajuste médio em torno de 12%, em janeiro”, lembrou.

O projeto foi aprovado com abstenção do Bloco Oposição, uma vez que a líder Heloísa Helena (PT-AL) alegou não haver, no projeto, mecanismos para impedir que as indústrias façam “mágicas” em suas planilhas de custo beneficiando-se da redução de carga tributária, sem repassá-la aos preços finais cobrados do consumidor. Como o projeto é originário da Câmara e não foi modificado no Senado, vai à sanção presidencial.



O relator, Jonas Pinheiro, disse que a medida poderá diminuir em até 20% os preços dos remédios

Plano Nacional de Educação vai à sanção presidencial

Melhorar a qualidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais são alguns dos objetivos do projeto, aprovado ontem pelo Plenário

Depois de três anos de tramitação no Congresso, o Plenário do Senado aprovou ontem, com abstenção do Bloco Oposição, o Plano Nacional de Educação (PNE). A matéria, que segue agora para sanção presidencial, pretende elevar o grau de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e à permanência na educação pública e democratizar a gestão do ensino público.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) reconheceu que a aprovação do PNE é um avanço, mas destacou alguns pontos que considera importantes e que não foram contemplados pela proposta: a ampliação para 10% do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido na educação; a utilização do Fundef para



Emilia Fernandes elogiou o plano mas disse que ele poderia ter propiciado um debate mais amplo

reforçar a estrutura dos ensinamentos fundamental e médio e a educação de jovens e adultos; e a destinação de recursos para financiar o reajuste de professores aposentados e pensionistas.

— Apesar de vermos o Plano Nacional de Educação como uma iniciativa importante para tornar

mais prática e eficiente a educação do país, repudiamos a falta de oportunidade para realizar um amplo debate sobre a questão na Comissão de Educação — ressaltou Emilia, que cobrou também vontade política e mais recursos financeiros para que as metas previstas no PNE possam ser colocadas em prática.

Relator da matéria na CE, o senador José Jorge (PFL-PE) disse que a aprovação do PNE marcou o encerramento do ciclo de debates sobre a educação no país. O parlamentar também destacou a aprovação de requerimento para criação de uma subcomissão encarregada de acompanhar a implantação do Plano Nacional de Educação e a realização de um seminário para avaliar os desdobramentos de sua implantação por estados e municípios.

Hospitais universitários terão crédito de US\$ 103,6 milhões

O Plenário aprovou ontem três pareceres favoráveis a autorizações de crédito para o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários, que pretende melhorar a qualidade do ensino superior. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) havia aprovado as matérias na manhã de ontem.

O primeiro projeto autoriza operação de crédito no valor de US\$ 73,8 milhões entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC). O segundo autoriza negociação no valor de US\$ 18,2 milhões entre o Brasil e o BankBoston. A última operação envolve US\$ 11,6 milhões e será realizada entre o Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA).

O Plenário aprovou ainda relatório favorável a operação de crédito entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de US\$ 64,9 milhões. Os recursos destinam-se ao Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN), durante reunião da CAE que apreciou a matéria, re-

conheceu o mérito do projeto, mas lembrou que a grande quantidade de autorizações de empréstimos compromete parcela substancial do Orçamento da União com o pagamento da dívida e de juros.

RECORDE

A CAE também aprovou pela manhã parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) favorável à mensagem do Senado que retifica a Resolução 57, de 1995, autorizando a conversão de determinadas dívidas públicas de curto prazo em dívidas de longo prazo.

Foi adiada para a próxima reunião a análise do relatório favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) ao crédito de US\$ 285 milhões para a modernização das aeronaves F5, no âmbito do Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira.

Por ter recebido pedido de vista de Romero Jucá (PSDB-RR), ficou adiada a votação de projeto do senador Jefferson Pêres (PDT-AM), relatado favoravelmente por Maguito Vilela (PMDB-GO), que obriga o Senado a examinar e aprovar eventuais aumentos nas alíquotas do Imposto de Importação, salvo as variações decor-



Agnelo manifestou preocupação com os encargos financeiros assumidos pelo governo federal

rentes de acordos internacionais.

Jucá pediu vista também do parecer contrário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) a duas emendas ao projeto do ex-senador Joel de Hollanda tratando do regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

Ao final da reunião, o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), comemorou um recorde da CAE — 60 reuniões em um ano. Suassuna destacou que a comissão no ano 2000 foi além de suas obrigações regimentais e debateu profundamente a economia brasileira, trazendo governadores e discutindo a guerra fiscal, por exemplo. Os senadores Osmar Dias (PSDB-PR), José Eduardo Dutra e Carlos Bezerra elogiaram a atuação de Suassuna, como presidente, e de Bello Parga (PFL-MA), como vice-presidente.

Regularização de terras em área de fronteira deve ter novo prazo

Os detentores de títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas em faixas de fronteira de até 150 quilômetros, expedidos pelos estados, poderão requerer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a ratificação dos títulos até 31 de dezembro de 2001. O projeto de lei que prorrogou o prazo foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e enviado à sanção presidencial.

O prazo anterior expiraria no próximo dia 31, mas as normas reguladoras do processo de ratificação só foram baixadas pelo Incra em maio deste ano. Na opinião do senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a demora não poderia representar obstáculo ao cumprimento da lei que concedeu dois anos de prazo para a ratificação dos títulos, aprovada pelo Con-



Juvêncio da Fonseca acredita que a prorrogação "alivia o espírito draconiano da lei"

gresso em novembro de 1999.

A prorrogação do prazo, disse o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), é de importância fundamental para os proprietários rurais e "alivia o espírito draconiano da própria lei".

Empréstimos para saneamento são excluídos de limite de endividamento

Os empréstimos tomados pelas autarquias prestadoras de serviços de saneamento junto a instituições oficiais de crédito ou a organismos multilaterais foram excluídos das condições e limites de endividamento impostos pela Resolução 78 do Senado para estados, municípios e Distrito Federal.

O projeto de resolução que excluiu as empresas públicas de saneamento foi aprovado ontem, e compatibiliza "o rigor nos gastos públicos com obras de interesse social", na opinião do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). O projeto de resolução, apresentado por Ney Suassuna (PMDB-PB), será promulgado pela Mesa do Senado.

Pelo projeto, empréstimos para financiamento de melhoria das condições sanitárias nos estados e municípios terão tratamento diferenciado, ficando liberados de limites sobre o volume de empréstimos num exercício financeiro, sobre o dispêndio anual máximo com amortizações, juros e demais encargos e sobre o estoque total permitido para a dívida fundada.

Tais empréstimos também ficarão dispensados das exigências de que estados e municípios apresentem resultado primário positivo e estejam adimplentes junto a instituições financeiras, podendo ser realizados inclusive no último ano do mandato do chefe do Poder



Segundo Saturnino, a alteração na Resolução 78 concilia "o rigor nos gastos" com "interesse social"

Executivo.

O projeto de resolução estabelece que os empréstimos para financiar obras de saneamento deverão ser submetidos ao Senado e, se exigirem prestação de garantia, só poderão ser realizados mediante formalização de contrato de contragarantia.

O tratamento especial dado pelo Senado aos empréstimos para financiamento de obras sanitárias não é caso único. A redução dos limites de endividamento para a contratação de empréstimos já é permitida no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Municípios, para financiar programas de modernização da administração tributária e da gestão fiscal e para programas de reforma do Estado.

Aprovada prioridade para idosos em processos judiciais

Objetivo da proposta enviada à sanção presidencial é reduzir os efeitos da morosidade da Justiça para as pessoas com 65 anos ou mais

O Plenário aprovou ontem projeto que prioriza a tramitação de processos judiciais que tenham como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos. A intenção da proposta é reduzir os efeitos da morosidade da Justiça, especialmente para os mais idosos. Com a aprovação da matéria, que segue para sanção presidencial, ficou prejudicado projeto semelhante do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Para ser beneficiado pela medida, o interessado precisa requerer atendimento especial junto à autoridade judiciária competente. O pedido deve vir acompanhado de prova da idade. Caso o juiz conceda o benefício da pri-



Tuma lembra que causas judiciais se prolongam tanto que, muitas vezes, os interessados já morreram

oridade, esta não cessará com a morte do requerente, estendendo-se em favor do cônjuge, com-

panheiro ou companheira maior de 65 anos.

SENDO DE JUSTIÇA

Na opinião do relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (PFL-SP), a iniciativa vem resgatar, na verdade, um senso de justiça. "As causas judiciais se prolongam por tanto tempo que, quando há uma decisão final, muitas vezes as pessoas interessadas já morreram", comentou. Para Tuma, a sociedade e o Estado devem assegurar a participação das pessoas idosas na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar.

Empresas pagarão taxa para controle de atividades poluidoras

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), a ser paga pelas empresas de extração mineral, metalúrgicas, químicas e de celulose. Com isso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) poderá exercer maior controle das atividades poluidoras. O relator de plenário foi o senador Júlio Eduardo (PV-AC).

As empresas dessas áreas serão obrigadas a entregar, até o dia 31 de março de cada ano, um relatório de suas atividades

no ano anterior. O valor da taxa anual irá variar de acordo com o potencial de poluição, indo de R\$ 112,50, para empresas de pequeno porte, até R\$ 2.250, para de grande porte. São isentas do pagamento da TCFA as entidades públicas, as filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais. O projeto também estabelece que o Ibama está autorizado a celebrar convênios de fiscalização com os estados e Distrito Federal.



Júlio Eduardo foi relator da matéria no Plenário do Senado

Senado aprova acordo com os EUA em matéria penal

Projeto de decreto legislativo com o texto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos no dia 14 de outubro de 1997, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e vai à promulgação.

Durante a discussão do decreto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador José Sarney (PMDB-AP) explicou que o acordo estabelece mecanismos conjuntos para o combate ao crime internacional. "Este acordo, embora ainda não aprovado no Senado, já deu bons frutos como a localização,



Sarney: acordo permitiu localização de dinheiro que saiu do Brasil irregularmente

nos bancos norte-americanos, de somas que saíram do país irregularmente", disse Sarney.

Durante a discussão em plenário, a líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), reconheceu ter o acordo permitido ao Ministério Público brasileiro fazer uma parceria com o FBI e descobrir o paradeiro de verbas desviadas do INSS e do TRT/SP. Ela considerou, porém, que o dispositivo do acordo que permite o aprofundamento de investigações sobre fatos, mesmo que não puníveis em ambos os países, pode representar um comprometimento da soberania nacional.

Metrô do Rio de Janeiro terá empréstimo de R\$ 222 milhões

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo do estado do Rio a tomar empréstimo de R\$ 222,8 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da expansão e recuperação do metrô do Rio de Janeiro. O dinheiro é do Fun-



Bello Parga explica que expansão do metrô beneficia 80 mil passageiros

do de Amparo ao Trabalhador (FAT), será liberado de 2001 a 2003 e o empréstimo será pago em 138 parcelas, com 42 meses de carência.

As transferências federais feitas

ao estado pela União por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Imposto sobre Produtos Industrializados/Exportação (IPI) foram oferecidos como garantia. O projeto de resolução será promulgado pela Mesa do Senado. O relator, senador Bello Parga (PFL-MA), informou que o

novo trecho do metrô irá atender a cerca de 80 mil passageiros por dia, pois a nova estação será localizada em espaço de grande movimento comercial, de serviços, lazer e turismo.

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



Subscreva o Jornal do Senado - CPM

Operação de crédito vai ampliar capacidade bélica da Aeronáutica

O Plenário autorizou a União a contratar operação de crédito externo junto ao Ente Financiar Interbancário SpA (Efiabanca), no valor de US\$ 90 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento de 85% do valor da importação de bens e serviços de origem italiana para a produção do terceiro lote de aeronaves AM-X (A-1) a ser montado pela Embraer.

O empréstimo possibilitará a modernização da frota, com a inserção de novos sistemas, inclusive de radares, ampliando a capacidade bélica e garantindo o impulso e capacitação de projetos aeronáuticos, conforme mensagem enviada ao Congresso pelo Executivo.

Para Tuma, empresário comanda roubo de cargas

Presidente da CPI vê fortes indícios de que William Sozza é o principal responsável por estrutura que atua também em receptação de mercadorias, homicídio e tráfico de drogas, entre outros crimes

O presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse ontem que há fortes indícios de que o empresário William Sozza é o principal responsável por toda a estrutura que comanda o roubo de cargas na região de Campinas (SP) e controla a interligação com o estado do Maranhão. Tuma fez a afirmação após a acareação entre Sozza e Jorge Méres, realizada pela CPI. Méres, que está incluído no Programa de Proteção a Testemunhas, já tinha apontado Sozza como chefe de uma quadrilha de roubo de cargas.

Romeu Tuma disse que durante a acareação, apesar de William Sozza se negar a responder a maioria das perguntas, ficou clara a existência de fortes indícios de que o empresário não apenas comanda o roubo de cargas, mas também é responsável por receptação de mercadorias, homicídio e tráfico de drogas, entre



CPI presidida por Romeu Tuma fez acareação entre William Sozza e a testemunha Jorge Méres

outros crimes já apontados pela CPI do Narcotráfico da Câmara.

Jorge Méres, que afirmou ter trabalhado como motorista, segurança e entregador de mercadorias roubadas nas empresas de William Sozza, garantiu que o empresário é o chefe de um grande esquema de roubo de cargas. "E não fica só nisso: Sozza mata, rouba e extorpe com proteção de gente graúda, incluindo policiais e até juízes", disse chorando Méres, ao garantir que

desde o momento em que o empresário foi preso "o roubo de cargas diminuiu em cerca de 80% no eixo São Paulo-Maranhão".

Jorge Méres, que denunciou várias pessoas por tráfico de drogas na CPI do Narcotráfico na Câmara, afirmou que William Sozza "era um bom patrão" e que recebia dele mil reais por semana. O empresário, em resposta, garantiu que Méres recebia R\$ 700 por mês. "Méres só está dizendo mentiras. Sou inocen-

te de todas as acusações", acrescentou o empresário, que passou a não responder mais as perguntas formuladas pelos membros da comissão, com base em dispositivo constitucional que lhe dá esse direito.

Jorge Méres continuou a fazer acusações contra o empresário. Segundo ele, William Sozza foi sempre o "poderoso chefe" do esquema de roubo de cargas e caminhões. Disse que ele era o responsável direto pelo aluguel dos depósitos para guardar mercadorias roubadas, pagava propinas a policiais, além de participar de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Depois de tantas acusações, William Sozza, sempre dizendo que

era inocente, afirmou que "num momento oportuno" iria se defender e provar a sua inocência. Romeu Tuma disse ao empresário que devia fazer sua defesa perante a comissão, mas Sozza preferiu continuar calado, apesar de Méres acrescentar que as carretas, caminhões e cargas roubadas pelo esquema chefiado por ele eram trocados, em sua grande maioria, por armas e drogas.

O presidente da CPI, Romeu Tuma, afirmou que a acareação e as conclusões da CPI do Narcotráfico demonstram que William Sozza controla todo o esquema de roubo de cargas em Campinas, com ramificações no Norte do país, e adiantou que vai se comunicar com a Justiça do Maranhão, onde o empresário tem prisão temporária decretada, para examinar a possibilidade de transformá-la em prisão preventiva.

Comissão de Orçamento vota metade dos relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento acelerou seus trabalhos nos dois últimos dias e conseguiu votar, até ontem à noite, metade dos dez relatórios setoriais. Por acordo das lideranças de partidos com o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), devem ser votados hoje mais dois sub-relatórios, ficando os últimos três para segunda-feira à tarde.

Com isso, o relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), terá uma semana de intensas negociações, a partir de terça-feira, quando receberá separadamente todas as bancadas estaduais e representantes de comissões permanentes do Congresso para acertar finais das emendas. O Regimento Interno prevê que o relator-geral pode segurar uma parte das verbas destinadas às emendas, quando discute com as bancadas os projetos importantes dos estados que não foram contemplados pelo Orçamento, refazendo a distribuição dos últimos recursos.

Além disso, Amir Lando terá

de consolidar os dez relatórios setoriais em apenas um documento final, o qual será submetido ao exame da Comissão de Orçamento no dia 27 deste mês. "O prazo é muito curto, mas vamos tentar aprontar o relatório final neste prazo. No entanto, só farei isso se tiver segurança de que o trabalho não será comprometido", reafirmou ontem o relator-geral.

SUB-RELATÓRIOS

Até ontem à noite foram discutidos e votados os sub-relatórios que tratam de Fazenda e Desenvolvimento, Poderes de Estado, Justiça e Defesa, Previdência e Assistência Social e Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Também foi feita a discussão do relatório que gera mais polêmica (Infra-Estrutura), pois ele envolve tudo sobre obras rodoviárias e as áreas de Comunicações e Minas e Energia. Outras duas áreas que recebem muitas emendas dos parlamentares (saúde e educação) começam a ser discutidas hoje, mas só serão votadas na segunda-feira.



Comissão de Orçamento aprova o relatório setorial Fazenda e Desenvolvimento

União gastará R\$ 45,5 bilhões com juros da dívida federal em 2001

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório setorial Fazenda e Desenvolvimento, que inclui os gastos do governo federal com os juros de suas dívidas, além dos orçamentos dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Não houve qualquer mudança na previsão inicial de que a União gastará em juros líquidos, em 2001, exatamente R\$ 45,5 bilhões, embutindo uma taxa de juros média de 14,23% (sem descontar a inflação prevista).

Neste ano de 2000, o governo federal está gastando em juros líquidos R\$ 46,7 bilhões. Tal despesa supera os gastos deste ano com saúde (R\$ 24,9 bilhões) e com educação (R\$ 15,4 bilhões).

Houve um acréscimo, proposto pelo Executivo, no estoque total da

dívida federal em 31 de dezembro de 2001, incluindo dívida interna e externa, em títulos ou contratual. No projeto original encaminhado ao Congresso em agosto último, o governo previa que sua dívida chegaria a R\$ 822,1 bilhões no dia 31 de dezembro de 2001 e, agora, estima-se que o valor irá a R\$ 873,62 bilhões – um aumento de R\$ 51,7 bilhões.

O relator desta área do Orçamento, deputado José Borba (PMDB-PR), informa em seu parecer que a dívida pública federal bruta (interna e externa) subirá em 2001 R\$ 133,8 bilhões. Desse total, R\$ 41,5 bilhões representam a emissão de títulos para dotar o Banco Central de uma carteira de títulos, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe que a partir de maio de 2002 o

BC negocie títulos próprios no mercado – só títulos do Tesouro Nacional. Outros R\$ 15,5 bilhões de aumento da dívida decorrerão da emissão de títulos para cobrir prejuízos do Banco Central em 1999.

A quase totalidade das 70 emendas que os deputados e senadores apresentaram ao relatório setorial Fazenda e Desenvolvimento beneficia projetos de desenvolvimento, principalmente programas de apoio às micro e pequenas empresas. O orçamento do Ministério do Desenvolvimento para 2001 é de R\$ 1,08 bilhão, enquanto o Ministério da Fazenda contará com R\$ 11,8 bilhões. O mesmo relatório setorial trata das transferências constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios, que somarão R\$ 45,9 bilhões.

Congresso promulga fundo de combate à pobreza

“A aprovação dessa emenda constitucional deve servir de guia para o governo”, afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães, autor da proposta que vai destinar R\$ 4 bilhões à redução da miséria a partir do próximo ano

O Congresso Nacional promulgou ontem a emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Com a entrada em vigor do novo fundo, R\$ 4 bilhões deverão ser destinados à redução dos problemas sociais já a partir de 2001, como prevê o projeto de Orçamento da União a ser apreciado até o final do ano.

— A aprovação dessa emenda constitucional deve servir de guia para o governo — afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor da proposta, ao presidir a sessão conjunta do Congresso em que ela foi promulgada. Ele defendeu ainda a partici-

pação de deputados e senadores na indicação do destino dos recursos que venham a ser arrecadados durante o período de vigência do fundo.

Os R\$ 4 bilhões previstos para 2001 serão obtidos por meio do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) dos atuais 0,30% para 0,38% e do aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos produtos considerados supérfluos.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza deverá subsidiar programas como o de renda mínima, investimentos em sanea-



Antonio Carlos Magalhães, entre o senador Carlos Patrocínio e o deputado Heráclito Fortes, preside a sessão de promulgação da emenda

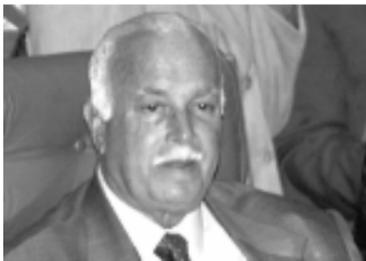
mento básico e ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço da renda

familiar. A nova alíquota da CPMF deverá começar a vigorar em meados de março do próximo ano.

De acordo com a emenda, os 0,38% deverão permanecer até 17 de junho de 2002.

A nova alíquota do IPI que será cobrada sobre produtos supérfluos deverá entrar em vigor no início de 2001 e vigorar até 2010, data prevista para a extinção do Fundo da Pobreza. Lei complementar irá definir que produtos terão aumento do IPI.

A emenda do Fundo da Pobreza estabelece que os estados e municípios poderão criar seus próprios fundos, a partir do aumento de até dois pontos percentuais da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).



Antonio Carlos: recursos devem ser distribuídos de acordo com a vontade do Congresso e da sociedade

ACM espera que “recursos e aplicação” aumentem

Depois de presidir, ontem à tarde, a sessão do Congresso que promulgou a emenda que instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, o senador Antonio Carlos Magalhães, autor da proposta, defendeu a ampliação do volume de recursos para o fundo.

— Esperemos que, nos próximos anos, os recursos sejam maiores, e maior o leque da sua aplicação — afirmou.

Antonio Carlos lembrou que a proposta teve apoio quase unânime no Senado, e também na comissão mista presidida pela senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), e disse que não se coloca contra a aplicação dos recursos em programas do governo.

— Não discordo porque os recursos vão para estados muito pobres. Mas essa não é a filosofia da emenda; a filosofia da emenda é de distribuir os recursos de acordo com a vontade da sociedade e do Congresso — observou.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

- Art. 1º** A Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é acrescida dos seguintes artigos:
- “Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo Único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.
 - Art. 80. Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza:
 - I - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
 - II - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;
 - III - o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;
 - IV - dotações orçamentárias;
 - V - doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;
 - VI - outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere o art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei.
 - Art. 81. É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre Serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.
 - Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º.”
- Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 2000

Alcântara: Bird reconhece avanços nos recursos hídricos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) informou que o Banco Mundial (Bird) reconhece, em relatório há pouco concluído, que o Brasil vem apresentando significativos avanços na sua capacidade de gestão dos recursos hídricos, sobretudo como decorrência de



Alcântara destaca projetos do Brasil em parceria com o Bird

melhorias na legislação que regula o setor. Além de haver uma sintonia entre as políticas governamentais e as estratégicas do banco, na avaliação do senador, o país tem colaborado decisivamente para a conservação, o uso eficiente e a expansão da oferta de água, principalmente em regiões castigadas pela escassez, como o Nordeste.

Entre os vários projetos na gestão dos recursos hídricos brasileiros desenvolvidos em parceria com o Banco Mundial, Lúcio Alcântara destacou o Proágua no semi-árido, em implementação no Ceará e na Bahia. Conforme o parlamentar, essas iniciativas contribuem para a redução da pobreza e o equacionamento do problema hídrico na região.

O senador citou também os projetos de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (Prourb) e o da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), ambos do governo do Ceará, que, em pouco espaço de tempo, já respondem pela manutenção da infraestrutura hídrica do estado e pela operação coordenada dos açudes, inclusive os de domínio do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).

Lúcio Alcântara salientou ainda o fundamental trabalho que o Banco Mundial vem desempenhando para reduzir a pobreza, através do desenvolvimento equitativo, eficaz e sustentável dos países-membros. O setor de recursos hídricos, na opinião do senador, tem sido um dos mais importantes de sua atuação nas últimas décadas. "O Banco Mundial professa o entendimento de que o compromisso de todos é a garantia de superação dos problemas, possibilitando a construção de um mundo com abastecimento seguro de água para todos", concluiu.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2000

1 Requerimento nº 552, de 2000 (senador Pedro Simon). Solicita, nos termos regimentais, seja concedido voto de lóuor ao senhor presidente da República pela indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Octávio Gallotti. Parecer nº 1.233, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator: senador José Fogaça, favorável, com voto contrário do senador José Eduardo Dutra. Aprovado. Será cumprida a deliberação do Plenário.

2 Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1999 (nº 2.514/96, na Casa de origem). Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. Pareceres nºs: - 1.166/2000-CCJ, relator: senador José Jorge, favorável, com as emendas nºs 1 a 10-CCJ, que apresenta, com restrição do senador Pedro Simon; - 1.167/2000-CE, relator: senador Lúcio Alcântara, favorável ao projeto e às emendas nºs 2, 4 e 8-CCJ, com as emendas nºs 11 a 15-CE, que apresenta, com voto contrário do senador Gerson Camata; e - 1.168/2000-CAE, relator: senador Ney Suassuna, favorável, nos termos da Emenda nº 16-CAE (substitutivo), que oferece, com voto vencido do senador Roberto Saturnino. Aprovada a Emenda nº 16-CAE (substitutivo). Lidas as emendas nºs 17 a 19-Plen. Proferidos pareceres da CCJ, CAE e CE, favoráveis às emendas nºs 18 e 19, e contrários à Emenda nº 17. Rejeitada a Emenda nº 17, destacada. Retirada da Emenda nº 18. Aprovada a subemenda à Emenda nº 19, destacada. Apreciação em turno suplementar: lidas as emendas nºs 1 a 10-Plen. Proferidos pareceres: - CCJ, favorável à Emenda nº 9; CE, favorável à Emenda nº 10; CAE, favorável às emendas nºs 9 e 10. Rejeitadas as emendas nºs 1 a 8. Solicitada verificação de votação. Votaram: Sim: 11 Não: 39 Abst.: 02 Total: 52. Rejeitadas. Aprovadas as emendas nºs 9 e 10. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

3 Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2000 (nº 3.837/2000, na Casa de origem) (Presidente da República). Dispõe sobre a incidência da contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nas operações de venda dos produtos que especifica (dependendo de parecer). Aprovado o projeto, com a correção de autógrafos encaminhada pela Câmara dos Deputados. À sanção.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2000 (nº 240/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Brasília, em 14 de outubro de 1997 (dependendo de parecer). Proferido parecer pela CRE, relator: senador José Sarney, favorável. Aprovado o projeto. À promulgação.

5 Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2000 (nº 2.978/2000, na Casa de origem) (Presidente da República). Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Integração Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. Parecer nº 1.223/2000-CCJ, relator: senador José Fogaça, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

6 Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2000 (nº 420/99, na origem). Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos (tramitando em conjunto com o PLS nº 450, de 1999). Parecer nº 1.226/2000-CCJ, relator: senador Romeu Tuma, favorável, com emenda de redação que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 450, de 1999, com o qual tramita em conjunto. Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, de redação. Prejudicado o PLS nº 450/99, que com ele tramita em conjunto. À sanção.

7 Projeto de Lei do Senado nº 450, de 1999 (senador Roberto Saturnino). Institui a preferência de tramitação dos procedimentos judiciais, em que figure como parte ou interveniente pessoa física com idade igual ou superior a 60 anos (tramitando em conjunto com o PLC nº 10, de 2000). Parecer nº 1.226/2000-CCJ, relator: senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade do projeto, e favorável ao PLC nº 10, de 2000, com emenda de redação que apresenta, com o qual tramita em conjunto. Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior, que com ele tramita em conjunto. Ao arquivado.

8 Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2000 (nº 4.155/98, na Casa de origem). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Parecer nº 1.226-A/2000-CE, relator: senador José Jorge, favorável. Aprovado. À sanção.

9 Mensagem nº 253, de 2000 (presidente da República). Solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, no valor de sete bilhões, trezentos e nove milhões, quatrocentos e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento parcial de contratos comerciais a serem firmados com diversos fornecedores, para a importação de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar. Lido o Parecer nº 1.280/2000-CAE, relator: senador Nabor Júnior, apresentando o PRS nº 87/2000. Aprovado o projeto. À promulgação.

10 Mensagem nº 254, de 2000 (presidente da República). Solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, no valor de oito bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois reais, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento parcial de aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Lido o Parecer nº 1.282/2000-CAE, relator: senador Nabor Júnior, apresentando o PRS nº 88/2000. Aprovado. À promulgação.

11 Mensagem nº 255, de 2000 (presidente da República). Solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, no valor de dezoito milhões, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e dezesseis dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o BankBoston, destinada ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Lido o Parecer nº 1.284/2000-CAE, relator: senador Nabor Júnior, apresentando o PRS nº 89/2000. Aprovado. À promulgação.

12 Mensagem nº 256, de 2000 (presidente da República). Solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, no valor de treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e seis euros e setenta e dois centavos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), destinadas ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Lido o Parecer nº 1.286/2000-CAE, relator: senador Nabor Júnior, apresentando o PRS nº 90/2000. Aprovado. À promulgação.

13 Projeto de Resolução nº 86, de 2000 (Comissão de Assuntos Econômicos). Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao EFIBANCA - Ente Financeiro Interbancário SpA, destinada ao financiamento de 85% do valor da importação de bens e serviços de origem italiana para a produção do terceiro lote de aeronave AM-X (A-1), a ser montado pela Embraer. Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.254/2000-CAE, relator: senador Bello Parga. Aprovado. À promulgação.

14 Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2000 (nº 3.520/2000, na Casa de origem). Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira e dá outras providências. Parecer favorável, sob nº 1.234,

de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, relator: senador Osmar Dias. Aprovado. À sanção.

15 Projeto de Resolução nº 74, de 2000 (Comissão de Assuntos Econômicos). Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para dispensar tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento. Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.254/2000-CAE, relator ad hoc: senador Roberto Saturnino. Aprovado. À promulgação.

16 Projeto de Resolução nº 85, de 2000 (Comissão de Assuntos Econômicos). Autoriza o estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de R\$ 222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e dez reais), destinada ao financiamento do Programa de Expansão e Recuperação do Metrô/RJ, com recursos do FAT. Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.254/2000-CAE, relator ad hoc: senador Bello Parga. Aprovado. À promulgação.

17 Projeto de Resolução nº 75, de 2000 (Comissão de Assuntos Econômicos). Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e Pernambuco junto à União. Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.254/2000-CAE, relator: senador José Eduardo Dutra. Lido e aprovado o requerimento do senador José Roberto Arruda e outros senhores senadores solicitando a extinção da urgência da matéria. Solicitada verificação de votação. Votaram: Sim: 7 Não: 11 Abst.: 1 Total: 19. Fica prejudicado o requerimento de extinção da urgência. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

18 Mensagem nº 245, de 2000 (presidente da República). Solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, no valor de duzentos e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), destinadas ao financiamento do Programa de Modernização das Aeronaves F5, no âmbito do Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

19 Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1998 (nº 258/96 na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º. Pareceres favoráveis da CRE, sob nºs: - 161/98, relator: senador Leonel Paiva; e - 1.218/2000 (em reexame, nos termos do Requerimento nº 243/98), relatora: senadora Emília Fernandes. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

20 Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2000 (nº 401/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993. Parecer nº 1.189/2000-CRE, relator: senador Mozerildo Cavalcanti, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

21 Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2000 (nº 403/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Zimbábue, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 1999. Parecer nº 1.190/2000-CRE, relator: senador Tião Viana, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

22 Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2000 (nº 429/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mundial FM de Toledo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, estado do Paraná. Parecer nº 1.105/2000-CE, relator: senador Álvaro Dias, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

23 Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2000 (nº 458/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão à Fundação José de Paiva Netto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo. Parecer nº 1.246/2000-CE, relator: senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

24 Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2000 (nº 535, de 2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a ACCNR - Associação Comunitária Centro Norte de Rádio e Difusão, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colider, estado de Mato Grosso. Parecer nº 1.220/2000-CE, relator: senador Jonas Pinheiro, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

25 Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2000 (nº 673, de 2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Monte Dourado da Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almeirim, estado do Pará. Parecer nº 1.221/2000-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

26 Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2000 (nº 677, de 2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amapá, estado do Amapá. Parecer nº 1.222/2000-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

27 Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2000 (nº 540/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educadora de Bragança para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bragança, estado do Pará. Parecer nº 1.241/2000-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

28 Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2000 (nº 675/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nacional da Cultura Negra e Miscigenações Brasileiras para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema, estado do Pará. Parecer nº 1.242/2000-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

29 Projeto de Resolução nº 77, de 2000 (Comissão Diretora). Cria, no âmbito do Senado Federal, a Universidade do Legislativo Brasileiro. Parecer nº 1.157, de 2000-CE, relator: senador José Fogaça, favorável. Adiada a apreciação da matéria, em virtude do término do tempo regimental da sessão. Lidos requerimentos de líderes solicitando urgência para as seguintes matérias:

30 Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2000 (presidente da República). Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Aprovado. À sanção.

31 Projeto de Resolução nº 91, de 2000 (Comissão de Assuntos Econômicos). Eleva para US\$ 30.000.000,00 (trinta bilhões de dólares norte-americanos) o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57, de 1995, alterada pelas resoluções nºs 51, de 1997, e 23, de 1999, do Senado Federal. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa



"O setor empresarial precisa ser ouvido", afirmou o senador José Alencar

Adiada votação de fundo para pesquisa

O Senado adiou para a próxima sessão deliberativa, em data a ser marcada, a votação do projeto que cria a contribuição empresarial para financiar o Programa de Estímulo à Integração Universidade-Empresa, que se destina a dinamizar a pesquisa tecnológica no país. A decisão de adiar a votação se deveu à polêmica em relação a possíveis compensações que o governo estaria dando, em isenções fiscais, às empresas participantes do programa. Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Senado pode estar sendo vítima de um estelionato, por estar votando contribuições empresariais que, na prática, não acontecerão. "Se houver renúncia fiscal, deveria constar do projeto", disse. Segundo o senador José Alencar (PMDB-MG), aprovar mais uma contribuição compulsória às empresas trará prejuízo à sua capacidade competitiva de exportar. "O setor empresarial precisa ser ouvido", afirmou. O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), esclareceu que uma medida provisória já editada pelo governo prevê um crédito compensatório às empresas que zerará depois de dois anos. "Durante o primeiro ano, será de 50% das contribuições; no segundo, 25%; passando a zero em seguida", garantiu.

Congresso decide baixar taxas de juros dos fundos constitucionais

Projeto de conversão beneficia principalmente as micro e pequenas empresas ao diminuir os encargos dos financiamentos destinados a empreendimentos agrícolas e industriais

O Congresso aprovou ontem a redução dos juros a serem cobrados dos empréstimos concedidos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para que entre em vigor, a medida depende de sanção presidencial.

O projeto de conversão elaborado pelo deputado Francisco Garcia (PFL-AM) a partir da Medida Provisória nº 2.035 reduz as taxas cobradas de empreendimentos agrícolas e industriais, sobretudo de micro e pequenas empresas, e estabelece taxas – não previstas pela MP – para operações comerciais e de serviços. Os miniprodutores rurais, que pela versão original do texto pagariam juros de 9% ao ano, passam a pagar apenas 6%, segundo o projeto.

A bancada governista deixou claro que não apoiava a proposta. Quando a matéria foi aprovada em votação simbólica, porém, nenhum



O texto aprovado pelos deputados e senadores reduz de 9% para 6% ao ano os juros cobrados dos miniprodutores rurais

deputado da base requereu a tempo verificação de votação. Com isso, o projeto foi considerado aprovado. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), ainda protestou. "Vitória que não é legítima não deveria interessar a ninguém", afirmou.

Durante a sessão, o Congresso

aprovou ainda R\$ 1,6 bilhão em créditos extraordinários e R\$ 62,7 milhões em créditos suplementares ao Orçamento da União deste ano. Uma das obras beneficiadas é a da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, à qual foram destinados R\$ 39,6 milhões para concluir a duplicação. Também foi acolhido

projeto de decreto legislativo que autoriza a liberação de R\$ 43 milhões do Orçamento deste ano para asfaltar a rodovia Cuiabá-Santarém.

Por acordo entre partidos governistas e de oposição, foi aprovado projeto de conversão que prevê a possibilidade de novação de dívidas (conversão de dívidas antigas em novas) do Fundo de Compensação de Variações Salariais junto às instituições financeiras.

Também foram acolhidas a medida provisória que disciplina a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a que transforma em autarquia o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), além de projeto de conversão que amplia as exceções à exigência, vigente desde 97, de transferir para o Tesouro Nacional o dinheiro proveniente de superávits financeiros de fundos públicos autônomos.

Senado elege integrantes da Comissão Representativa

O Plenário aprovou ontem a indicação dos senadores que integrarão a Comissão Representativa, órgão encarregado de cumprir as prerrogativas do Congresso durante o recesso. Foram eleitos pelo PMDB Ramez Tebet (MS), Renan Calheiros (AL) e Amir Lando (RO), como titulares; e Jader Barbalho (PA), Nabor Júnior (AC) e Ney Suassuna (PB) como suplentes. Pelo PFL, Antonio Carlos Magalhães (BA), Carlos Patrocínio (TO) e Edison Lobão (MA), como titulares; e Hugo Napoleão (PI) e Francelino Pereira (MG), como suplentes. Pelo PSDB, Geraldo Melo (RN) e José Roberto Arruda (DF), como titulares; e Ricardo Santos (ES) como suplente. Pelo PPS, Paulo Hartung (ES), como titular, e Roberto Freire (PE), como suplente. A comissão é integrada ainda por 16 deputados com igual número de suplentes.

O mandato da comissão não fica suspenso em caso de convocação extraordinária do Congresso Nacional, uma vez que os trabalhos do Congresso convocado são restritos ao exame e votação dos projetos mencionados na pauta específica.

Cabe à comissão, entre outras atribuições, autorizar o presidente da República e o vice a se ausentarem do país; deliberar sobre convênio ou

acordo internacional; e aprovar projeto de lei relativo a créditos adicionais solicitados pelo presidente da República, desde que a Comissão Mista de Orçamento já tenha se manifestado sobre a matéria antes do recesso parlamentar.

A Comissão Representativa tem poder para convocar ministros ou enviar-lhes pedidos escritos de informação, sustar atos normativos

do Poder Executivo que exorbitem dos limites de delegação legislativa, receber petições e reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas e exercer outras atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte, sem prejuízos para o país ou suas instituições.

A comissão se reúne com a pre-

sença mínima de um terço de sua composição em cada Casa. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos deputados e senadores que a integram. Nas deliberações, os votos de cada Casa são computados separadamente, e a matéria somente será considerada aprovada se obtiver decisão favorável de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Senadores indicados para a Comissão Representativa do Congresso

Titulares		Suplentes		Titulares		Suplentes	
PMDB	Ramez Tebet	Jader Barbalho	PFL	Antonio Carlos Magalhães	Hugo Napoleão		
	Renan Calheiros	Nabor Júnior		Carlos Patrocínio	Francelino Pereira		
	Amir Lando	Ney Suassuna		Edison Lobão	—		
PSDB	Geraldo Melo	Ricardo Santos	PPS	Paulo Hartung	Roberto Freire		
	José Roberto Arruda	—					

Deputados indicados para a Comissão Representativa do Congresso

Titulares		Suplentes		Titulares		Suplentes	
	Antônio Jorge	Aécio Neves	PT	Geraldo Magela	Paulo Palm		
Bloco PSDB, PTB	Jovair Arantes	Dino Fernandes		Pedro Celso	Virgílio Guimarães		
	Juquinha	Eduardo Seabra	PPB	Márcio R. Moreira	Roberto Balestra		
	Maria Abadia	Jutahy Junior		Severino Cavalcanti	Wigberto Tartuce		
Bloco PMDB, PST, PTN	Igor Avelino	Alberto Fraga	PDT	Fernando Coruja	Euripedes Miranda		
	Pedro Chaves	Jorge Wilson					
	Pedro Novais	Mendes Ribeiro Filho	Bloco PSB, PCdoB	Gonzaga Patriota	Agnelo Queiroz		
PFL	Kátia Abreu	Ildelfonso Cordeiro					
	Paes Landim	Moroni Torgan	PHS	Roberto Argenta	—		
	Ronaldo Calado	Paulo Octávio					

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – Cidadania – Senador Mozarildo Cavalcanti e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre a Amazônia e a soberania nacional
7h30 – Entrevista – Senador Alberto Silva fala sobre a crise do petróleo
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Uma TV cheia de história – Lavandeira/TO
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – CPI do Roubo de Cargas (gravado)
8h30 – Quem Tem Medo de Música Clássica? Os Regentes
19h30 – Cidadania – Senadora Emilia Fernandes e a escritora Schuma Schumacher falam sobre O Dicionário da Mulher no Brasil
20h30 – Entrevista – Senador Alberto Silva fala sobre a crise do petróleo
21h – Jornal do Senado
21h30 – Canal Médico – Ginecologia infanto-juvenil e adolescência
22h30 – Teatro Arthur Azevedo – As Sereias da Zona Sul, de Miguel Falabella e Vicente Pereira
0h30 – Redescoberta do Cinema Nacional – Povo Brasileiro – Regina M. Ferreira

Sábado

1h30 – Cores do Brasil – Maranhão
2h – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 1
2h30 – Jornal do Senado
3h – Cores do Brasil – Folclore do Maranhão
3h30 – Entrevista – Senador Nabor Júnior fala sobre a política de preços de remédios
4h – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 1
4h30 – Jornal do Senado
5h – Canal Médico – Coluna
6h – TV Escola – Uma TV Cheia de histórias – Caicó/RN
6h30 – Agenda Econômica – Paulo Nogueira Batista fala sobre a desnacionalização
7h30 – Entrevista – Senador Antero Paes de Barros fala sobre a hidrovía Paraná-Paraguai
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Uma TV Cheia de histórias – Porto Alegre/RS
9h – Tela Brasileira – Cláudio Portioli
9h30 – De Coração – O cardíaco com outras doenças
10h – Quem Tem Medo de Música Clássica?

Carlos Gomes

11h – Entrevista – A evolução ao seu alcance
12h – Jornal do Senado
12h30 – Entrevista – Senador Henrique Loyola faz um balanço dos trabalhos do Senado
13h30 – Agenda Econômica – Paulo Nogueira Batista fala sobre a desnacionalização
14h30 – Espaço Cultural – Breve História da Música Caipira – Passoca
16h – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 1
16h30 – Entrevista – Senador Moreira Mendes fala sobre as madeiras da região amazônica
17h – Revista Brasília
18h – Quem Tem Medo de Música Clássica? Carlos Gomes
19h – Tela Brasileira – Cláudio Portioli
19h30 – Canal Médico – Diabetes: Tratamento e perspectivas futuras
20h30 – Entrevista – Senador Alberto Silva fala sobre a crise do petróleo
21h – Jornal do Senado
21h30 – Teatro Arthur Azevedo – Ramanda e Rudá
23h – Entrevista – A evolução ao seu alcance
0h – Redescoberta do Cinema Nacional – Povo Brasileiro – Regina M. Ferreira

Domingo

1h – Debate – Senador Paulo Hartung e o ministro Ovidio Agnellis falam sobre o saneamento básico e moradia
2h – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 2
2h30 – Jornal do Senado
3h – Cores do Brasil – Manaus
3h30 – Entrevista – Senador Alberto Silva fala sobre a crise do petróleo
4h – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 2
4h30 – Jornal do Senado
5h – Cores do Brasil – Pernambuco
5h30 – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 2
6h – TV Escola – Uma TV Cheia de Histórias – Tangará / SC
6h30 – Debate – A prof.ª Adeane Fleury e a psicóloga Maria Tereza Rebelo falam da psicologia no tratamento do câncer
7h30 – Entrevista – Senador Moreira Mendes fala sobre as madeiras da região amazônica
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Uma TV Cheia de Histórias –

Berilo/MG

9h – Tela Brasileira – Cláudio Portioli
9h30 – De Coração – O cardíaco com outras doenças
10h – Quem Tem Medo de Música Clássica? Carlos Gomes
11h – Entrevista – A evolução ao seu alcance
12h – Canal Médico – Diabetes: Tratamento e perspectivas futuras
13h – TV Escola – Uma TV cheia de história – Lavandeira/TO
13h30 – Cidadania – Senador Mozarildo Cavalcanti e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre a Amazônia e a soberania nacional
14h30 – Espaço Cultural – Breve História da Música Caipira – Passoca
16h – Saúde/Unip – As emoções e o coração – parte 1
16h30 – Entrevista – Senador Antero Paes de Barros fala sobre a hidrovía Paraná-Paraguai
17h – Revista Brasília
18h – Quem Tem Medo de Música Clássica? – Carlos Gomes
19h – Agenda Econômica – Paulo Nogueira Batista fala sobre a desnacionalização
20h – Palestra – Desafios e tendências do Jornalismo
21h30 – Teatro Arthur Azevedo – Ramanda e Rudá
23h – Entrevista – A evolução ao seu alcance
0h – Revista Brasília

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

TV Senado reapresenta a “Breve História da Música Caipira”

Atendendo a pedidos de telespectadores pelo telefone 0800662211 e pela Internet, a TV Senado reapresenta no Espaço Cultural deste fim de semana o show *Breve História da Música Caipira*. No programa, o violeiro Passoca toca músicas tradicionais do gênero, homenageando compositores como Luiz Gonzaga e muitos outros. A apresentação, que foi gravada em Brasília em outubro passado, tem exibição prevista para amanhã e domingo às 14h30.

O compositor brasileiro Carlos Gomes é o homenageado do programa *Quem tem medo de música clássica?*, apresentado pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Algumas das obras de Carlos Gomes, como *Quem sabe, O escravo, Burrico de Palco* e a abertura de *O Guarani* serão apresentadas, sob a regência do maestro Sílvio Barbato. Entre as execuções, o senador Artur da Távola apresenta ao espectador a vida e a obra do compositor. *Quem tem medo de música clássica?* vai ao ar amanhã e domingo às 10h e 18h.

Ramanda e Rudá, peça com Vera Leite e César Boaes, é a atração de sábado e domingo, às 21h30, do programa *Theatro Arthur Azevedo*. Da obra de Chico Pereira e com direção de Marcelo Flecha, o espetáculo retrata a saga

da mulher nordestina em sua busca por melhores dias na cidade grande.

No *Agenda Econômica*, o convidado dos jornalistas Helival Rios e Ribamar Oliveira é o professor e economista Paulo Nogueira Batista, autor do livro *A economia como ela é...* Nogueira afirma que o momento é propício para uma revisão no processo de globalização, já que o chamado Consenso de Washington provocou um aumento do desemprego e da concentração de renda, pouco significando em crescimento para os países em desenvolvimento. *Agenda Econômica* é exibido pela TV Senado amanhã às 6h30 e 13h30, e domingo às 19h30.

O programa *Tela Brasileira* deste final de semana traz Cláudio Portioli como convidado. O diretor de fotografia de filmes como *Os Xeretas* e *O Cangaceiro* fala à TV Senado sobre sua carreira e o atual momento do cinema brasileiro, amanhã às 19h e domingo, às 9h.

O povo brasileiro é atração do *Resgate do Cinema Nacional* deste sábado, à meia-noite. Baseado no livro homônimo de Darcy Ribeiro, o programa é pontuado por depoimentos de Darcy e dirigido por Regina Ferreira.



Eliane e Lair Ribeiro com os jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Cláudia Carneiro no Entrevista Especial da TV Senado

“Entrevista Especial” recebe o neurolingüista Lair Ribeiro

O jornalista Fernando Cesar Mesquita recebe em seu programa *Entrevista Especial* o neurolingüista Lair Ribeiro e sua mulher, a terapeuta Eliane Ribeiro. Eles vão indicar mecanismos que estão ao alcance de todos na busca do sucesso. Lair Ribeiro é autor de 12 livros

denominados de auto-ajuda. Entre os de maior vendagem estão *O sucesso não ocorre por acaso* e *Ajude-se fazendo sua parte*.

A jornalista Cláudia Carneiro também participa do programa, que vai ao ar amanhã e domingo às 11h e 23h e na segunda, às 11h.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - C) - 5869,40 hz
- Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 hz
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 hz
- Antena - 3,6 m LNB - Temperatura 25k (Amplificador de Baixo Ruído)

- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C

- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Álvaro Dias elogia posição de Nova Olímpia (PR) em relatório do Unicef

Álvaro Dias critica política do governo para o café

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem, no Plenário, a decisão do governo de reter a produção de café, na tentativa de garantir melhores preços no mercado externo, e ao mesmo tempo promover volumosos leilões, vendendo ao mercado o produto estocado. Ele fez um apelo ao Ministério da Agricultura para que reveja essa política "inoportuna e contraditória" de leiloar sacas de café em quantidade, pois, na sua avaliação, a atitude governamental está trazendo descrédito ao produtor brasileiro e ao mercado internacional.

– Numa atuação inconsistente, inexplicável e esquizofrênica, o governo com uma mão retira café do mercado e, com outra, volta a irrigar o mercado ao ofertar mercadoria retirada – disse, acrescentando que são cerca de 200 mil sacas de café leiloadas mensalmente.

No mesmo pronunciamento, Álvaro Dias registrou a publicação do relatório *Situação da Infância Brasileira 2001* do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), no qual a cidade paranaense de Nova Olímpia obteve o segundo melhor conceito, em nível nacional, com um índice de desenvolvimento infantil de 0,79, ficando atrás apenas da cidade paulista de Águas de São Pedro, com 0,83.

Segundo o senador, o relatório do Unicef avalia as condições de vida das crianças entre zero e seis anos, a partir da escolaridade dos pais e de indicadores de saúde e educação. A pontuação obtida por Nova Olímpia, frisou Álvaro, "enche de honra e orgulho o povo do Paraná". Ele salientou, porém, que muito ainda deve ser feito pelas crianças paranaenses, sobretudo na capital do estado, Curitiba, que ficou em 127º lugar no ranking nacional.

Cândido registra aniversário da Declaração dos Direitos Humanos

Senador lamenta contraste entre o documento firmado em 1948 e a realidade de violações em diversos países, inclusive o Brasil

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) registrou a comemoração, no último domingo, do 52º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada em reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas realizada em Paris, em 10 de dezembro de 1948. A data e o documento, na opinião do senador, lembram quanto é grande a dissonância entre aqueles princípios universais e a realidade de vários Estados, cujos governos são responsáveis por incontáveis violações aos direitos humanos.

Inicialmente, observou o senador, "direitos humanos" referiam-se às garantias individuais e às liberdades religiosa e de expressão, mas o conceito foi progressivamente ampliado para incluir os direitos ao trabalho, à saúde, à educação, ao voto e à democracia, incorporando forte conotação de justiça social. Exemplos dessa ampliação são o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, firmados em Assembléia Geral da ONU em dezembro de 1966 e aprovados pelo Brasil apenas em 1992, com um atraso de quase três décadas, lamentou Geraldo Cândido.



Geraldo Cândido lembrou os casos do Carandiru e da Candelária como exemplos de violação dos direitos humanos no país

O fato de o Brasil ter ratificado esses documentos não implicou a eliminação de práticas que violam os direitos humanos, conforme o senador, que se referiu aos assassinatos em massa de presos no presídio do Carandiru, de menores na Candelária e de trabalhadores sem-terra no Pará. Outras violações lembradas por Geraldo Cândido são relativas à impunidade para crimes de vingança política, como os que vitimaram a prefeita de Mundo Novo, Docelina Follador, e o prefeito de Acaraú, João Jaime Ferreira Gomes Filho, entre outros.

A principal razão de o Brasil continuar sendo apontado, nos relatórios internacionais, como país em que os direitos humanos são sistematicamente violados estaria,

para Geraldo Cândido, na política econômica do governo, responsável, a seu ver, pelo aumento da violência urbana e rural.

No âmbito das relações trabalhistas, o senador deu o exemplo da empresa Nitroflex, do grupo Petroflex, que, em ilegalidade denunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias, demitiu 36 de seus empregados sem justa causa, inclusive representantes sindicais e membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, com estabilidade garantida por lei. "Além disso, passou a constranger os trabalhadores grevistas em suas próprias casas, através de telefonemas e telegramas com ameaças de demissão e outras retaliações", acrescentou.

Loyola quer reduzir restrições em áreas urbanas com reserva de Mata Atlântica

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) reapresentou ontem projeto que exclui o perímetro urbano dos municípios com reserva de Mata Atlântica das restrições impostas às áreas de preservação ambiental. A iniciativa deve repercutir especialmente sobre o território catarinense, que, segundo Loyola, detém a maior parte dos 95 mil metros quadrados de Mata Atlântica espalhados por 17 estados brasileiros.

A proposta altera o decreto que regulamenta o uso de recursos naturais em zonas de preservação ambiental, como a Floresta Amazônica, a Serra do Mar e o Pantanal Mato-Grossense. Loyola afirma que sua intenção não é revogar as normas preservacionistas, mas viabilizar as administrações municipais, que

estariam impedidas de explorar social e economicamente áreas remanescentes da Mata Atlântica.

O senador admite que essa legislação prevê autorização excepcional para exploração econômica de reservas ambientais. Mas queixa-se de que as prefeituras dependem sempre do aval e estão sujeitas a embargos de órgãos ambientais. "Precisamos estar atentos à ameaça que a política preservacionista pode impor ao desenvolvimento sustentável", alertou, esclarecendo que a flexibilidade proposta não significa uso predatório ou indiscriminado dessas áreas.

"Pretendemos alcançar o exato equilíbrio entre a preservação ambiental e o aproveitamento responsável dos recursos naturais", declarou Henrique Loyola.



Loyola diz que não pretende revogar normas preservacionistas, e sim viabilizar os municípios

Segundo ele, o setor florestal responde hoje por 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, recolhe R\$ 3 bilhões em impostos por ano, participa com mais de 8% da pauta de exportações e gera 1,6 milhão de empregos.



Maguito Vilela pediu que o Senado envie congratulações a Pelé

Maguito saúda Pelé pelo título de "Jogador do Século"

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) homenageou ontem o ex-jogador Pelé, que recebeu na segunda-feira o prêmio de "Jogador do Século", concedido pela Fifa. Maguito apresentou requerimento para que sejam enviados, oficialmente, votos de congratulações ao ex-atleta. O reconhecimento internacional é, na opinião do senador, uma homenagem mais do que justa, tendo em vista as "marcas inigualáveis obtidas na história do futebol" e o exemplo que Pelé "tem dado aos jovens de hoje". Maguito comparou a carreira de Pelé com a do argentino Diego Maradona, seu maior adversário no concurso.

– O jogador brasileiro marcou quatro vezes mais gols que o concorrente, ganhou três vezes mais títulos mundiais, e ainda foi campeão mundial duas vezes pelo Santos, sem contar sua atuação modelar fora de campo, ao contrário de Maradona. A decisão de última hora da Fifa, condecorando apenas Pelé com o título de "Jogador do Século", faz justiça ao futebol e ao esporte como um todo. Na esfera do futebol, sem dúvida que ele é uma unanimidade mundial e um orgulho para o Brasil – afirmou o senador.

Reação do governo a pressões em favor da Alca é positiva, diz Suplicy

Senador considera preocupantes as ações desenvolvidas pelos EUA e pelo Canadá, mas reconhece que autoridades abandonam o "comportamento passivo" adotado nos últimos anos

A reação de alguns setores do governo às pressões americanas em favor da Área de Livre Comércio nas Américas (Alca) foi interpretada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) como indício de que, após seguir passivamente as regras do jogo do comércio internacional formuladas pelas grandes potências ao longo de toda a década de 90, "o governo começa a se mobilizar para uma defesa um pouco mais consistente dos interesses comerciais externos do país".

Para o senador, são preocupantes as pressões sofridas pelo Brasil por parte dos Estados Unidos e do Canadá – um, para forçar a



Eduardo Suplicy
estranha posição do
Ministério da Fazenda

criação da Alca; o outro, com ameaças de retaliação comercial por conta de disputas com a Embraer no mercado de aeronaves. "O Canadá conseguiu autorização da Organização Mundial do Comércio (OMC) para aplicar retaliações e a diplomacia brasileira está preparando-se para responder à altura", disse o senador.

No entanto, Suplicy considerou que semelhantes disputas devem ser encaradas com naturalidade, sem o catastrofismo que o ex-ministro das Telecomunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros, teria revelado em entrevista publicada ontem no jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual previu a

derrota do Brasil frente aos Estados Unidos, com posterior dolarização das Américas. O que importa, na opinião do senador, é que a própria agressividade de alguns países desenvolvidos em relação ao Brasil parece refletir em mudança na postura passiva do governo brasileiro.

Suplicy fez questão de especificar que autoridades brasileiras reagiram corretamente a declarações "extraordinariamente antidiplomáticas e grosseiras" do embaixador Richard Fischer, o número dois do escritório de representação comercial dos Estados Unidos: os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápias; da Agricultura e do Abastecimento, Pratin de Moraes; das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, além do embaixador Botafogo Gonçalves. E elogiou a resposta dada pelo representante

brasileiro na OMC, Celso Amorim, às "grosseiras" do embaixador canadense. "O Ministério da Fazenda e o Banco Central estão se mantendo estranhamente silenciosos e omissos", estranhou.

Na avaliação do senador, o comportamento passivo do Brasil na década de 90 foi ingênuo e imprudente: concessões unilaterais feitas sem contrapartida, combinadas com persistente sobrevalorização cambial, sistema tributário inadequado e custos financeiros proibitivos impuseram dificuldades para as empresas brasileiras, que perderam mercados duramente conquistados no exterior. O desequilíbrio nas contas externas, o aumento recorde dos níveis de desemprego e a estagnação da economia interna foram, a seu ver, outros resultados da postura de passividade do governo brasileiro, nos últimos tempos.

Hartung defende prioridade para projetos sobre saneamento

Um eventual período de convocação extraordinária em janeiro próximo deveria ser aproveitado pelo governo para pôr em pauta os projetos de lei que tramitam no Congresso disciplinando a atuação das empresas de saneamento básico, segundo defendeu em discurso o senador Paulo Hartung (PPS-ES). Estão aguardando exame em comissões do Senado e da Câmara propostas de autoria do próprio Hartung, do senador e atual ministro da Saúde, José Serra (PSDB), e do deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE).

De acordo com o senador capixaba, a falta de regulamentação – aliada à pouca disponibilidade de recursos – deixa o Brasil numa situação precária em matéria de saneamento.



Hartung classifica como precária a situação do saneamento no país

As questões legais dizem respeito, entre outros aspectos, aos direitos e obrigações de empresas e usuários. Hartung é contra o corte puro e simples na falta do pagamento da conta de água e ressalta a ausência de metas de investimentos a serem cumpridas pelas empresas. A Manaus Saneamento, por exemplo, foi vendida para que a prefeitura da capital amazonense fizesse caixa, sem que o novo dono assumisse formalmente compromissos com a distribuição da água e o tratamento de águas e detritos.

Para Hartung, o correto seria que as concessões dos serviços de saneamento fossem feitas a empresas públicas ou privadas, de forma não onerosa para os adquirentes. Em contrapartida, os concessionários se comprometeriam a cobrar tarifas baixas e fazer investimentos necessários à universalização (extensão a todos os cidadãos) dos serviços.

O senador observou que a proibição de empréstimos às 27 empresas estaduais, estejam financeiramente saudáveis ou não, torna dramática a situação do saneamento.

Arlindo Porto cobra aprovação de mudanças na Lei de Falências

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) cobrou ontem celeridade na aprovação do projeto da Câmara que altera a Lei de Falências e Concordatas, em tramitação no Congresso Nacional há quase oito anos. Segundo Porto, a proposta deve substituir a regulação prevista no Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, "uma legislação completamente obsoleta e totalmente ultrapassada pela realidade política, econômica, social e jurídica dos dias atuais".

O principal mérito do projeto, de acordo com o senador mineiro, é privilegiar o instrumento da recuperação da empresa em detrimento da concordata. Também estão previstas a ampliação do prazo para pagamento dos credores, atualmente fixado em até dois anos, e a inclusão de créditos fiscais no procedimento em questão.



Proposta privilegia
recuperação da
empresa, afirma Porto

– Esse projeto representa um avanço importante para regular a falência, a concordata preventiva e a recuperação das empresas que exercem suas atividades econômicas regidas pelas leis comerciais – afirmou. Arlindo Porto lamenta que a liquidação do patrimônio do devedor para ressarcimento dos credores continue sendo, apesar de radical, uma prática permitida e respaldada pelos princípios legais.

Ao final de seu pronunciamento, o parlamentar requisitou à Mesa Diretora a inscrição nos Anais da Casa do artigo "Salvar os dedos e as empresas", publicado pelo advogado mineiro José Murilo Procópio de Carvalho no *Jornal do Brasil*. Porto destacou a análise "brilhante e positiva" do autor do artigo sobre as inovações propostas ao procedimento falimentar e concordatário.

Proposta de Valadares prevê a proibição de transgênicos até 2004

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto de lei para suspender, em todo o território nacional, até 2004, todas as ações que visem legalizar a produção e a comercialização de produtos geneticamente modificados – os transgênicos. A proposta permite o cultivo experimental de transgênicos apenas por entidades especializadas em pesquisas e manipulação desses organismos e sob a condição de serem portadoras do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) e de instituírem comissões internas de Biossegurança (CIBios).

As penas previstas no projeto – crescentes a cada ocorrência – são de multa, cassação do alvará de localização e funcionamento e apreensão e destruição dos produtos cultivados,



Valadares: ninguém
pode afirmar que o uso
de transgênico é seguro

importados ou comercializados. Entre os argumentos favoráveis à proposta, Valadares destacou principalmente o de que ninguém pode afirmar, atualmente, que o uso dos transgênicos como alimento para o ser humano ou para animais é absolutamente seguro.

Ao repudiar a posição do governo brasileiro – que, na sua opinião, é favorável à globalização dos transgênicos e aos interesses de empresas multinacionais, como a Monsanto –, o senador referiu-se à crescente conscientização dos movimentos sociais, que vêem nos transgênicos "questões que envolvem o meio ambiente, o desemprego rural, a saúde pública, o padrão alimentar, o modelo agrícola e o próprio futuro econômico e social da humanidade".